

Caso mais conhecido é Proconsult

por Verônica Couto
do Rio

A fragilidade do uso de computadores para a apuração eleitoral tornou-se evidente no conhecido "caso Proconsult", durante as eleições para o governo do Estado do Rio de Janeiro, em 1982. Além de erro nos programas utilizados, o sistema adotado pela empresa Proconsult, associada, na época, ao grupo Racimec e contratada pelo TRE para fazer as totalizações dos votos, continha uma série de falhas estruturais, conforme laudo dos peritos Tarcisio Cerqueira e Glauco Prado Lima, anterior ao arquivamento do inquérito na Polícia Federal.

No episódio, o atual candidato pelo PDT, Leonel Brizola, quase perdeu o governo do Rio para o então candidato do PDS, Moreira Franco (atual governador do estado, pelo PMDB), por uma diferença falsa que chegou a atingir 50%

dos votos. Os computadores (marca Univac) da Proconsult rodaram as somas dos votos com um artifício (o chamado delta zero), que acrescentou aos totais o código 999 que deveria significar apenas ausência de dados. Em aproximadamente 880 urnas, o comparecimento também foi calculado pela soma dos votos brancos, nulos e do candidato Miro Teixeira (PMDB).

Esta última falha, conforme o laudo, constata que além de erros no programa "houve cálculos para obtenção de um dado que deveria ser apenas transcrito, colocando em evidência, graças a este erro, a manipulação de dados ocorrida durante o processamento para forçar um fechamento. O comparecimento calculado deveria ter sido comparado com o comparecimento informado pela digitação, mas não foi — talvez com intuito de se ganhar tempo evitando problemas de não fechamento", diz o laudo.

Para permitir estas falhas, Glauco Prado Lima aponta proble-

mas anteriores no desenvolvimento do sistema, entre eles a centralização excessiva da totalização dos votos e a ausência de documentação geral (descrição de arquivos, de registros, procedimentos de segurança e recuperação, métodos de arquivamento etc.). Os peritos também não encontraram o log — espécie de espelho de todas as operações feitas no sistema retido na memória da máquina —, dificultando a apuração completa dos erros envolvidos.

Além disso, houve mau planejamento de mão-de-obra necessária, volume de disquetes e fitas magnéticas. Muitos disquetes foram encontrados, ainda, com o carimbo da empresa Capemi Processamento de Dados, cujo contrato com o TRE ou com a Proconsult, para ter acesso à totalização, embora requisitado pela perícia, não foi encontrado. O inquérito, após três anos, foi arquivado por falta de provas na Polícia Federal, sob o número 08/83.